

## Unidade em favor da diversidade

Humberto Cunha<sup>1</sup>

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

O segundo volume da “Coleção Cult”, de responsabilidade do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, relacionado ao curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, é intitulado Políticas Culturais no Brasil. Trata-se de obra organizada por Antônio Albino Canelas Rubim (que também é coordenador do CULT) e Alexandre Barbalho, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Além dos organizadores, na obra há capítulos escritos por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN), Lia Calabre (UFF/FCRB), Isaura Botelho (CEM), Anita Simis (UNESP) e Marta Porto (jornalista, ensaísta e editora). Trata-se, portanto, de obra escrita a quatorze mãos, por sete intelectuais de escol, que comungam quase o mesmo pensamento histórico, mas ostentam variações de perspectivas frente ao tema abordado.

A comunhão da perspectiva histórica pode ser vista quando os distintos autores passeiam, ao longo da existência do Brasil, sobre as políticas públicas adotadas para o setor cultural. Neste aspecto, um desafio inicial se traduz na dúvida posta para se saber qual o marco inicial de tais políticas. Albino Rubim, que inicia o conjunto de textos e pode ser tomado como porta-voz do grupo de autores, faz entender a necessidade de parâmetros como condição prévia à identificação do momento histórico de origem. Para ele, “falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, em, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” (2007, p.13). Estas condicionantes são colocadas como premissas da discordância para com aqueles que enxergam em momentos anteriores não propriamente ao Estado Novo, mas ao espírito de inovação institucional que permeou a década de 30 do último século, a existência de políticas culturais em nosso país.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Advogado da União. E-mail: humbertocunha@uol.com.br.

Rubim precisa dois eventos que, em sua concepção, “inauguram as políticas culturais no Brasil”; o primeiro, por carregar uma principiologia; o outro, pelas ações. Tais eventos são “a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste Ministério de 1934 até 1945” (2007, p.15). A ação jesuítica do Brasil colônia, o incremento de instituições culturais com D. João VI, o voluntarismo acadêmico de D. Pedro II e até mesmo as adaptações para a República Velha da herança cultural da monarquia, são atuações públicas que não passariam de eventos precursores do que poderia ser chamado de política cultural.

Firmando o início nas cercanias e depois no próprio cerne do Estado Novo, não fica difícil fazer a ligação entre as políticas culturais e o autoritarismo. O Estado ditatorial de Vargas e, depois, dos militares de 1964, a elas dedicou especial atenção quando, por exemplo, criou diversas instituições públicas de fomento e, ao mesmo tempo, de controle do setor cultural.

Para estes períodos, convém ressaltar a acurada observação feita por Alexandre Barbalho, no sentido de que as maiores ditaduras brasileiras não desconheciam a diversidade cultural existente no país; contudo perceberam-nas e trabalharam-nas no sentido de vislumbrar e construir a harmonia entre elas, de modo a cimentar conceitos como o de brasilidade e, por reflexo, os equivalentes estaduais (cearensidade, bahianidade, maranhensidade, dentre outros), deixando de considerar “as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente como peças de um quebra-cabeça porque suas arestas não permitem” (2007, p. 57). Durval Muniz de Albuquerque Júnior, por seu turno, vai ao extremo ao concluir que “é preciso superar as políticas culturais apoiadas no discurso da identidade, seja nacional, seja regional ou local, quase sempre excludentes, pois manipuladoras de mitos a serviço da manutenção de um imaginário favorável aos grupos que controlam o Estado” (2007, p. 75); admoesta para a ação pública “não apenas dizer o múltiplo, mas fazer o múltiplo” (2007, p. 78).

São harmônicas, nos distintos textos, também, mais algumas idéias. Uma delas é a de que durante os lapsos de democracia verificados em nossa história, a atuação estatal sempre foi tímida, na seara cultural. Certamente isto decorre da busca de um comportamento oposto ao das ditaduras e, em conseqüência, do receio de adentrar ou apenas resvalar no dirigismo cultural. Este pensamento foi levado tão ao extremo, ao ponto de efetivar algo muito próximo da abdicação total do Estado, face ao segmento.

Outra conclusão comum aos distintos autores é a de que o governo de Fernando Collor de Mello desmontou as estruturas culturais do país e, acréscimo negativo, legou o “trampolim” que durante toda a gestão de Fernando Henrique Cardoso, como Presidente da República, e de Francisco Weffort, enquanto Ministro da Cultura, justificou a atuação estatal em padrões do neo-liberalismo, a Lei Rouanet. Referida lei recebeu interpretação e aplicação no sentido de transferir ao mercado um papel que, na opinião mediana dos autores, seria indelegável: o protagonismo do Estado em termos de políticas culturais.

Referido protagonismo, em ambiente democrático, também é ponto de convergência unânime, quando os escritores entendem-no inaugurado no Governo Lula/Gilberto Gil, ao se assenhorear da tarefa de velar pelo interesse público. Isaura Botelho precisa que “somente em 2003, depois de tantas idas e vindas ao longo destes anos, o Ministério da Cultura deu início a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural” (2007, p. 127-128), fazendo, por exemplo, inserir nas leis de incentivos fiscais e em outras formas de fomento conceitos e práticas como o de contrapartida social e função social da propriedade intelectual.

No mesmo sentido, é a concepção que almeja dar às políticas culturais dimensão de políticas de Estado, com propostas e promoção efetiva até mesmo de mudanças na Constituição do país, propiciadoras de garantias, como a vinculação de recursos e a instituição do sistema e do plano nacional de cultura. Anita Simis afiança mesmo que “a política deixou o balcão e se tornou política pública e cultural, ao formular projetos e incentivar o desenvolvimento cultural, articulando relações dentro e fora do governo” (2007, p. 147).

Mais um tópico comum aos textos traduz-se na preocupação de garantir a permanência e o aprofundamento do que foi conquistado em termos de políticas culturais, nos últimos tempos, o que somente pode ser feito por meio da democratização e das práticas que a permeiam e circundam. Lia Calabre, a este respeito, insere no debate o conceito de “cidadania democrática e cultural” e sustenta que “um dos objetivos do governo deve ser, então o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais” (2007, p. 102). Marta Porto contribui pensando numa “cultura para a política cultural”, por meio da qual dá relevo à “universalização dos bens e serviços culturais” e à “luta por uma educação de qualidade, pensada como via fundamental de crescimento pessoal e coletivo, promotora de autonomia, independência e identidade”.

Acentuadas tantas coincidências e afinidades ideológicas nos distintos textos, poder-se-ia cogitar que a eles falta precisamente aquilo pelo que pugnam com insistência e veemência: a diversidade, no caso, de opiniões e enfoques. Mas tal falta é apenas aparente; a uma, porque não pode ser esquecido que a obra é um contraponto ao modelo anterior das reflexões teóricas sobre políticas culturais e, por isso, expõe-se à replica que lhe pode ser dada pelo livre pensamento dos leitores ou pelo simples desenrolar do tempo. A outra, porque os elementos democratizantes ressaltados para estes novos tempos de políticas públicas da cultura a dinamizam permanentemente, inclusive com a potencialidade de livrá-las da submissão a personalismos e idolatrias.

Em suma, trata-se de uma obra que além de bem escrita e concatenada, condensa, em compêndio não exaustivo, os pensamentos de alguns dos mais expressivos intelectuais brasileiros dedicados a reflexões e práticas sobre políticas culturais. Imperdível, portanto, para quem gosta do tema.